Justiça do Trabalho deve julgar relação entre médicos e planos de saúde

A 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a Justiça do Trabalho é competente para apreciar ação de médicos credenciados contra operadoras de planos de saúde. Em seu voto, o ministro relator Aloysio Corrêa da Veiga observou que, após a Emenda Constitucional 45/2004, não são os sujeitos da relação jurídica os determinantes da competência material da Justiça do Trabalho e, sim, a própria relação jurídica inserida no contexto constitucional.

Desse modo, diz o ministro, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho. Ele explica que o inciso I do artigo 114 da Constituição Federal, ao fazer referência à generalidade das relações de trabalho, reflete a ampliação da atuação da Justiça do Trabalho, que não mais está limitada às controvérsias existentes entre empregadores e trabalhadores, mas envolve toda e qualquer lide decorrente da relação de trabalho.

Corrêa da Veiga apontou que em contratos de qualquer natureza (civil, administrativa ou trabalhista), cujo objeto seja a prestação de trabalho, a competência será da Justiça do Trabalho. Isso deve ocorrer na medida em que a competência material tem fundamento na causa de pedir e no pedido, independentemente do direito material controvertido, disse. "Basta haver relação jurídica de trabalho" concluiu.

Com a decisão, o processo retornará à Vara do Trabalho de origem, que prosseguirá no julgamento do pedido de recomposição monetária dos honorários e demais procedimentos médicos de profissionais vinculados a empresas gestoras de planos de saúde.

A ação civil pública foi ajuizada pelo Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná (Simepar) questionando a ausência de reajuste dos honorários dos médicos que prestam serviços principalmente às empresas de planos de saúde de autogestão no Paraná. Tanto a 12ª Vara do Trabalho de Curitiba quanto o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) declararam a incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar o pedido.

Para o TRT-PR, a fixação e a atualização dos valores de consultas e procedimentos médicos são de competência da Agência Nacional de Saúde (ANS), por força do artigo 4º, inciso XVII, da Lei 9.961/2000, que criou a ANS. Ainda segundo o TRT-PR, a relação entre os médicos (ou pessoas jurídicas constituídas por tais profissionais, no caso, as clínicas) e as operadoras de plano de saúde é de natureza civil, pois decorrem de contrato de credenciamento entre o profissional de saúde e as gestoras de planos.

Após recurso do sindicato, o caso foi analisado pelo ministro Aloysio Corrêa da Veiga. O relator constatou que o trabalho desses profissionais é o cerne do contrato, o que atrai a análise das controvérsias nele originadas para a Justiça do Trabalho, uma vez que presente a relação de trabalho tratada no inciso I do artigo 114 da Constituição Federal.

De acordo com a decisão da 6ª Turma, as operadoras de planos de saúde são, de fato, tomadoras de serviços, considerando que a prestação de sua atividade-fim ocorre por contratação de profissionais liberais ou clínicas credenciadas para executar serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica para clientes que aderem ao plano. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.*

[RR-1485-76.2010.5.09.0012](#)

Date Created

02/09/2013